

FRATERNIDADE SACERDOTAL DO PORTO

IPSS - INSTITUIÇÃO PARTICULAR DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

EXERCÍCIO DE 2016

A ASSEMBLEIA GERAL

Américo dos Santos Lente
27/03/2017

A DIREÇÃO

P. Filipa Barbosa
António Lobo
Fidelis José dos Santos
9/13/2017

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Fidelis José dos Santos

I ENQUADRAMENTO

A FRATERNIDADE SACERDOTAL DO PORTO é uma associação de previdência e ajuda do Clero, sem fins lucrativos, constituída em Janeiro de 1964 como organização religiosa, reconhecida como IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social e de Utilidade Pública.

II MISSÃO

- Facilitar aos associados o espírito de abnegação e desprendimento para um perfeito exercício do ministério apostólico;
- Prestar assistência espiritual e económica aos seus associados nos casos de doença, invalidez ou acidente;
- Sufragar as almas dos associados falecidos.

III ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

O início do ano trouxe nova Direção, nova Assembleia Geral e Novo Conselho Fiscal. Fizem-se as devidas atualizações na Segurança Social e nas Instituições Bancárias para que funcione normalmente a nossa Fraternidade Sacerdotal já com os novos estatutos aprovados.

A onze de Janeiro de dois mil e dezassete todos os órgãos eleitos tomaram posse diante do Senhor Bispo do Porto, D. António Francisco, que sublinhou o seu desejo de que todas as instituições diocesanas de apoio ao Clero possam criar laços de Interajuda: Fraternidade, Casa Sacerdotal e Irmandade Clérigos.

A Direção tem procurado reunir regularmente, dando continuidade ao trabalho desenvolvido pelas anteriores gestões. A Sede da Tesouraria, por indicação do Senhor Bispo, passará a funcionar no Paço Episcopal com horário de atendimento pelo tesoureiro às segundas e quintas feiras entre as 15:00 e as 16:00 horas.

MOVIMENTOS DOS ASSOCIADOS

Durante este ano foram admitidos 6 novos associados e faleceram 6, pelo que o número total de associados, em 31 de Dezembro de 2016, passou a ser de 245.

Número	Associados admitidos no ano de 2016
586	D. António Francisco dos Santos
742	Pe. António Telxeira Machado
744	Pe. Filipe Gonçalo da Silva Azevedo
745	Pe. Diogo José de Oliveira Barbosa Pereira
746	Pe. Júlio Dinis Osório de Castro Taveira Lobo
747	Pe. Vítor Emanuel Dionísio Ramos

pe. p. an f. d.

Número	Associados falecidos durante o ano de 2016
049	Pe. Celestino da Silva Ramos
071	Monsenhor Alexandrino Alves Ferrelra Brochado
101	Pe. Heltor Carvalho Vieira Pinto
143	Pe. Joaquim Ferreira Casaca
265	Pe. António Perelra da Silva Vieira
282	Pe. Manuel da Silva Perelra

AJUDA FRATERNA

Durante o ano de 2016 os custos com apoios financeiros concedidos aos associados totalizaram o valor de **21.130,33 €** tendo a seguinte discriminação:

- < Apolo nas despesas de saúde - 4.980,33 €;
- < Pensões a associados necessitados - 14.750,00 €;
- < Sufrágios - 1.400,00 €.

BENEMÉRITOS

Durante o ano de 2016 foram recebidos donativos de associados no total de **1.030,00 €**;

Número	Donativos de Associados	Valor
215	Pe. José Ferreira Monteiro	25,00 €
404	Pe. Manuel de Oliveira Sousa Vales	55,00 €
481	Pe. Joaquim Mala Moreira Sousa	275,00 €
545	Pe. José de Sousa e Castro	25,00 €
626	D. Gilberto Canavarro Reis	50,00 €
685	Pe. América Manuel Alves Aguiar	550,00 €
704	Pe. Artur de Matos Bastos	50,00 €

OUTRAS ATIVIDADES

Têm-se procedido a obras de manutenção e conservação na Casa dos Castanheiros em Esmoriz e na Quinta do Pomarinho em Amares. Notamos que a utilização de ambos os espaços continua aquém das expectativas que o investimento feito nos últimos anos nos apontava. É preciso divulgar mais e melhor os espaços e que eles sejam utilizados pelos associados ou por grupos a eles directamente ligados.

Nos prédios rústicos da Fraternidade temos aplicado uma lógica de exploração da floresta: abate de árvores, nomeadamente em Paramos e em Amares, e reflorestação como no caso do terreno junto ao parque de Campismo de Esmoriz. Facilita a limpeza normal e é um investimento a longo prazo, uma vez que a venda de momento não é convidativa.

Em termos de alienação de património foi negociado, com autorização da Assembleia Geral, um terreno com plantação de vinha na Freguesia do Peso da Régua.

Recebemos em herança um andar na Freguesia de Santo Tirso e que resultou da vontade testamentária do senhor Padre Roriz que está a ser devidamente legalizado.

Pediram dispensa do pagamento das quotas dois associados: Pe. Cunha e Pe. Carlos Alberto.

No ano que findou faleceram sete associados, dos quais acompanhamos o Monsenhor Alexandrino Brochado no Internamento hospitalar, assumindo as despesas inerentes e mandamos celebrar aos restantes trintários gregorianos.

Continuamos a enviar pensão a cinco associados: D. Manuel Vieira Pinto, Pe. Isaias, Pe. Borges, Pe. José Pais, Pe. António Ângelo.

Três associados nossos estudam em Roma e a forma que a Direção encontrou para apoiar esse percurso é dispensar os mesmos do pagamento da quota enquanto estiverem nos estudos superiores.

Na contabilidade temos procurado desenvolver um programa que faça a gestão mais rigorosa do processamento das quotas e que envie informação em tempo útil aos associados. Das visitas que temos feito às Vigararias têm-se recuperado muitas quotas em atraso e temos sido bem acolhidos e prestado toda a informação necessária e útil.

A Direção agradece a todos os associados e a outros que generosamente ofereceram donativos e heranças. De igual modo agradece a todos quantos, com dedicação e sacrifício acompanharam e colaboraram, pelas mais variadas formas, com esta Direção.

Porto, 9 de Março de 2017

A Direção
P. Alípio Barbosa
Uli'cudw
pe. p. an f. d.


FRATERNIDADE SACERDOTAL DO PORTO

IPSS – INSTITUIÇÃO PARTICULAR DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

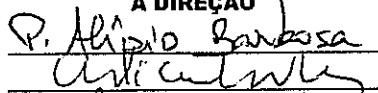
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2016

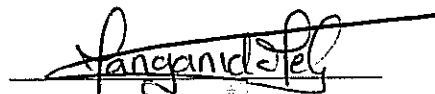
A ASSEMBLEIA GERAL


24/03/2017

A DIREÇÃO


9/13/2017

A CONTABILISTA CERTIFICADA


191506664

56533

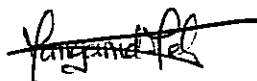
Índice

RELATÓRIO DE ATIVIDADES	2
Balanço	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas	4
Demonstração dos Resultados por Funções	5
Demonstração dos Fluxos de Caixa	6
ANEXO	7
1. Identificação da Entidade	7
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	8
3. Principais Políticas Contabilísticas	8
3.1. Bases de Apresentação	8
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	8
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	11
5. Ativos Fixos Tangíveis	12
6. Inventários	14
7. Rédito	14
8. Benefícios dos empregados	14
9. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	15
10. Outras Informações	15
10.1. Outras contas a receber	15
10.2. Diferimentos	16
10.3. Caixa e Depósitos Bancários	16
10.4. Fundos Patrimoniais	16
10.5. Fornecedores	16
10.6. Estado e Outros Entes Públicos	17
10.7. Outras Contas a Pagar	17
10.8. Subsídios, doações e legados à exploração	17
10.9. Fornecimentos e serviços externos	18
10.10. Outros rendimentos e ganhos	18
10.11. Outros gastos e perdas	18
10.12. Resultados Financeiros	19
10.13. Acontecimentos após data de Balanço	19

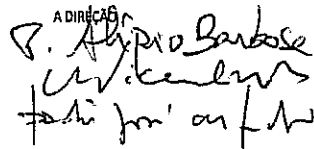
Balança

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		Unidade Monetária: Euros	
RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2016	31-12-2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3,5	931.793,82	957.385,27
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento	3,5	229.767,21	235.444,04
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		1.161.561,03	1.192.829,31
Ativo corrente			
Inventários			
Clientes			
Adiantamentos a fornecedores		39,84	39,84
Estado e outros Entes Públicos	3,9,10	-	2.650,64
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outras contas a receber	2,3,10	516,29	516,29
Diferimentos	2,3,10	722,28	777,80
Outros Ativos financeiros	2,3,10	101.750,94	
Caixa e depósitos bancários	3,4,10	462.872,90	544.971,43
Subtotal		565.902,25	548.956,00
Total do Ativo		1.727.463,28	1.741.785,31
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos		1.431.245,61	1.431.245,61
Excedentes técnicas			
Reservas			
Resultados transitados	2,4	51.788,89	80.473,46
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais		252.932,32	252.932,32
Resultado Líquido do período		(17.551,65)	(28.684,57)
Total dos Fundos Patrimoniais		1.716.415,17	1.735.966,82
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
Subtotal		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores	3,10	356,84	356,84
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros Entes Públicos	3,9,10	419,50	685,70
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	2,3,10	6.555,83	2.758,16
Outras contas a pagar	2,3,10	1.715,94	2.017,79
Outros passivos financeiros			
Subtotal		9.048,11	5.818,49
Total do passivo		9.048,11	5.818,49
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		1.727.463,28	1.741.785,31

A CONTABILISTA CERTIFICADA



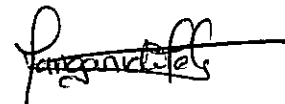
A DIREÇÃO



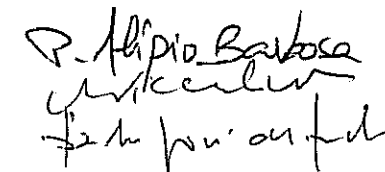
Demonstração dos Resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	2,3,7	66.154,00	44.535,00
Subsídios, doações e legados à exploração	10	-	-
Variação nos Inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(4.143,33)	(10.116,21)
Fornecimentos e serviços externos	10	(27.220,95)	(23.949,63)
Gastos com o pessoal	8	(12.733,02)	(12.715,12)
Ajustamentos de Inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/Reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	2,10	15.239,53	22.842,71
Outros gastos e perdas	2,10	(21.254,90)	(14.971,77)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		16.041,33	5.624,98
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(33.592,98)	(34.309,55)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(17.551,65)	(28.684,57)
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	10		
Resultados antes de impostos		(17.551,65)	(28.684,57)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		(17.551,65)	(28.684,57)

A CONTABILISTA CERTIFICADA



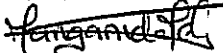
A DIREÇÃO



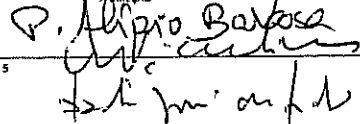
Demonstração dos Resultados por Funções

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Atividade Principal	PERÍODOS	
			2016	2015
Vendas e serviços prestados	7	66.154,00	66.154,00	44.535,00
Custos das vendas e dos serviços prestados	6,8	(4.143,33)	(4.143,33)	(10.116,23)
Resultado bruto		62.010,67	62.010,67	34.418,79
Outros rendimentos		-	-	-
..ISS, (P - Centro Distrital		15.239,53	15.239,53	22.842,71
Outras		-	-	-
Gastos de distribuição		-	-	-
Gastos administrativos		(67.870,12)	(67.870,12)	(65.297,47)
Gastos de investigação e desenvolvimento		-	-	-
Outros gastos		(26.931,73)	(26.931,73)	(20.648,60)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(17.551,65)	(17.551,65)	(28.684,57)
Gastos de financiamento (líquidos)	10	-	-	-
Resultados antes de impostos		(17.551,65)	(17.551,65)	(28.684,57)
Imposto sobre o rendimento do período		-	-	-
Resultado líquido do período		(17.551,65)	(17.551,65)	(28.684,57)

A CONTABILISTA CERTIFICADA



A DIREÇÃO

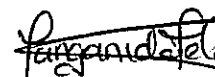


Fraternidade Sacerdotal do Porto
Rua S. Filipe de Nery - Igreja dos Clérigos - 4050-546 Porto
NIF:500.746.702 - IPSS registada sob. o n.º. 79/82 - Pessoa coletiva de utilidade pública

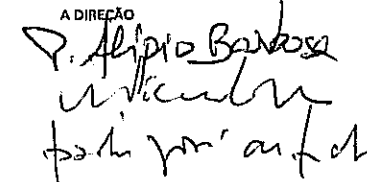
Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		53.275,00	35.325,00
Pagamentos de subsídios		-	-
Pagamentos de apoios		(21.130,33)	(14.661,04)
Pagamentos de bolsas		-	-
Pagamento a fornecedores		(31.364,28)	(34.065,84)
Pagamentos ao pessoal		(12.733,02)	(12.715,12)
Caixa gerada pelas operações		(11.952,63)	(26.117,00)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos		29.858,00	20.968,62
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		17.905,37	(5.148,38)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(2.324,70)	(27.414,47)
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros Ativos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros Ativos		-	-
Subsídios ao investimento		4.071,74	8.336,84
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendas		-	-
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		1.747,04	(19.077,63)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Realizações de fundos		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares		-	-
Dividendas		-	-
Reduções do fundo		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-	-
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		19.652,41	(24.226,01)
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		544.971,43	569.197,44
Caixa e seus equivalentes no fim do período		564.623,84	544.971,43

A CONTABILISTA CERTIFICADA



A DIREÇÃO



Fraternidade Sacerdotal do Porto
Rua S. Filipe de Nery - Igreja dos Clérigos - 4050-546 Porto
NIF:500.746.702 - IPSS registada sob. o n.º. 79/82 - Pessoa coletiva de utilidade pública

ANEXO

1. Identificação da Entidade

A "FRATERNIDADE SACERDOTAL DO PORTO" é uma Instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Associação, reconhecida como IPSS-Instituição Particular de Solidariedade Social e pessoa coletiva de utilidade pública administrativa, com o registo lavrado pela Inscrição nº. 79/82, a fls. 179 e verso do livro das Associações de Solidariedade Social do C.R.S.S. do Porto, com sede na Rua S.Filipe de Nery – Igreja dos Clérigo – Porto.

A Fraternidade Sacerdotal do Porto, é uma associação de ajuda mútua do Clero e, como organização religiosa, desenvolve uma série de atividades para atingir os seus principais objetivos e fins, nomeadamente:

Fins e atividades principais:

Os fins e objetivos da Fraternidade concretizam-se mediante a concessão de bens, a prestação de serviços e de outras iniciativas de promoção do bem-estar e qualidade de vida dos associados, nomeadamente nos seguintes domínios:

- Facilitar aos associados o espírito de abnegação e desprendimento para o perfeito exercício do ministério apostólico;
- Prestar assistência espiritual e económica aos seus associados nos casos de doença, invalidez ou acidente;
- Sufragar as almas dos associados falecidos.

Fins secundários e atividades instrumentais:

- Na medida em que a prática o aconselhe e os meios disponíveis o permitam, a Fraternidade poderá exercer, de modo secundário, outras atividades de fins não lucrativos, de carácter cultural, educativo, recreativo, de assistência e de saúde.
- A Fraternidade pode ainda desenvolver atividades de natureza instrumental relativamente aos seus fins não lucrativos, ainda que desenvolvidos por outras entidades por ele criadas, mesmo que em parceria, e cujos resultados económicos contribuam exclusivamente para o financiamento da concretização daqueles fins.
- A Fraternidade pode dar autonomia a algum ou alguns dos seus serviços mediante a criação de fundações pias autónomas canonicamente eretas.
- A Fraternidade não tem fins lucrativos.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2015 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2012, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL.

As Demonstrações Financeiras de 2016 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico acima descrito e cumprem os requisitos da comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2015.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

- 3.1.1. Continuidade;
- 3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica);
- 3.1.3. Consistência de Apresentação;
- 3.1.4. Materialidade e Agregação;
- 3.1.5. Compensação;
- 3.1.6. Informação Comparativa

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos

de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros Ativos fixos tangíveis	4 a 8

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2. Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As "Propriedades de Investimento" são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica "Aumentos/reduções de justo valor", as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento" até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "Variação de valor das propriedades de Investimento", que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.3. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários do FIFO (*first in, first out*). Os inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois. Pois estes s da Entidade ou os ser

3.2.4. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os Instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentas de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e

erros:

As alterações de políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros tiveram os seguintes efeitos:

Não se aplica.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2015	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2015
Custo						
Terrenos e recursos naturais	99,59	-	-	-	-	99,59
Edifícios e outras construções	1.191.412,53	13.247,88	-	-	-	1.204.660,41
Equipamento básico	79.194,28	11.056,74	-	-	-	90.251,02
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	2.567,39	-	-	-	-	2.567,39
Outros Ativos fixos tangíveis	117.236,44	3.099,85	-	-	-	120.336,29
Total	1.390.510,23	27.414,47	-	-	-	1.417.924,70
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	237.328,17	24.710,56	-	-	-	262.038,73
Equipamento básico	75.377,41	3.168,29	-	-	-	78.545,70
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	1.964,69	251,22	-	-	-	2.215,91
Outros Ativos fixos tangíveis	117.236,44	502,65	-	-	-	117.739,09
Total	431.905,71	28.632,72	-	-	-	460.538,43

Custo	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dec-2016
Terrenos e recursos naturais	99,59	-	-	-	-	99,59
Edifícios e outras construções	1.204.660,41	-	-	-	-	1.204.660,41
Equipamento básico	90.261,02	-	-	-	-	90.261,02
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	2.567,39	2.324,70	-	-	-	4.892,09
Outros Ativos fixos tangíveis	120.336,29	-	-	-	-	120.336,29
Total	1.417.924,70	2.324,70	-	-	-	1.420.249,40
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	262.938,73	24.710,56	-	-	-	286.749,29
Equipamento básico	78.545,70	2.494,46	-	-	-	81.040,16
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	2.215,91	378,47	-	-	-	2.594,38
Outros Ativos fixos tangíveis	117.739,09	332,66	-	-	-	118.071,75
Total	460.539,43	27.916,15	-	-	-	488.455,58

Propriedades de investimento

No que concerne às "Propriedades de Investimento" os movimentos ocorridos, nos períodos de 2015 e 2016, foram os seguintes:

31 de Dezembro de 2015

	Saldo em 01-Jan-2015	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo em 31-Dec-2015
Propriedade investimento	241.120,87	-	-	-	(5.676,83)	235.444,04
	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
Total	241.120,87	-	-	-	(5.676,83)	235.444,04

31 de Dezembro de 2016

	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo em 31-Dec-2016
Propriedade investimento	235.444,04	-	-	-	(5.676,83)	229.767,21
	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
Total	235.444,04	-	-	-	(5.676,83)	229.767,21

6. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2016	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dec-2015	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dec-2016
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	5.616,99	-	-	5.202,29	(1.058,98)	-
Produtos Acabados e Intermedios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
Reservos biológicos	-	4.499,22	-	-	-	-	-
Total	-	10.116,21	-	-	5.202,29	(1.058,98)	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				10.116,21			4.143,33
Variações nos inventários de produção							-

De referir que os valores da rubrica "Matérias-primas, subsidiárias e de consumo" se desdobram da seguinte forma:

- Matérias-primas (géneros alimentares): 4.143,33€

7. Rédito

Para os períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2016	2015
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	66.154,00	44.535,00
Quotas dos utilizadores	-	-
Quotas e Jóias	49.450,00	36.025,00
Promoções para captação de recursos	-	-
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	-	-
Outros serviços	16.704,00	8.510,00
Juros	-	-
Royalties	-	-
Dividendos	-	-
Total	66.154,00	44.535,00

8. Benefícios dos empregados

Os órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS e a Direção é constituída por três membros.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2016 e em 31/12/2015 foi de um.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2016	2015
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	10.537,00	10.562,44
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as Remunerações	2.094,62	2.045,36
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	63,90	63,57
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	37,50	43,75
Total	12.733,02	12.715,12

9. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante as Finanças se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados, encontrando-se à data de aprovação de contas tudo regularizado.

10. Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

10.1. Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a seguinte decomposição:

Descrição	2016	2015
Adiantamentos ao pessoal		
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
...		
Outros Devedores	516,29	516,29
Perdas por Imparidade	-	-
Total	516,29	516,29

10.2. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Gastos a reconhecer		
Seguros	700,61	754,45
Outros Gastos a reconhecer	21,67	23,35
...	-	-
Total	722,28	777,80
Rendimentos a reconhecer		
Rendas	705,83	733,16
Quotas	5.850,00	2.025,00
...	-	-
Total	6.555,83	2.758,16

10.3. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Caixa	1.742,13	2.027,57
Depósitos à ordem	28.649,22	208.914,63
Depósitos a prazo	492.481,55	334.029,23
Outros	-	-
Total	462.872,90	544.971,43

10.4. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2016	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dex-2016
Fundos	1.431.245,61	-	-	1.431.245,61
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	80.473,46	-	(28.684,57)	51.788,89
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	252.932,32	-	-	252.932,32
Total	1.764.651,39	-	(28.684,57)	1.735.966,82

10.5. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Fornecedores c/c	356,84	356,84
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	356,84	356,84

10.6. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	170,77
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	2.479,87
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	-	2.650,64
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	177,47	100,77
Segurança Social	242,03	584,93
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	419,50	685,70

10.7. Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016		2015	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	-	-	-
Remunerações a pagar	-	-	-	-
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	1.655,94	-	1.830,96
Outros credores	-	60,00	-	186,83
Total	-	1.715,94	-	2.017,79

10.8. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2016 e 2015, as seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2016	2015
Subsídios de outras entidades	-	-
Doações	-	-
Heranças	-	-
Legados	-	-
...	-	-
Total	-	-

10.9. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Subcontratos		
Serviços especializados	17.162,19	11.103,02
Materiais	584,43	3.593,41
Energia e fluidos	5.129,92	4.345,34
Deslocações, estadas e transportes	165,79	-
Serviços diversos (*)	4.178,62	4.907,86
Comunicação	720,04	804,83
Seguros	2.402,35	2.648,02
Despesas Representação	75,00	-
Contencioso e notariado	-	150,00
Limpeza, higiene e conforto	514,10	781,16
Outros	467,13	523,85
Total	27.220,95	23.949,69

10.10. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Rendimentos Suplementares (781)		-
Descontos de pronto pagamento obtidos (782)	0,50	0,05
Recuperação de dívidas a receber (783)		
Ganhos em Inventários (784)		
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros (786)		
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros (787)	10.137,29	13.720,82
Outros rendimentos e ganhos (788)	1.030,00	785,00
Juros Obtidos (791 exceto 7915)	4.071,74	8.336,84
Total	15.239,53	22.842,71

10.11. Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Impostos (681)	48,39	27,80
Descontos de pronto pagamento concedidos (682)	-	-
Dívidas incobráveis (683)	-	-
Perdas em Inventários (684)	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros (686)	-	-
Gastos e perdas Investimentos não financeiros (687)	-	-
Outros Gastos e Perdas (688)	76,18	282,93
Custos e/ou perdas concedidos a associados ou utentes (689)	21.130,33	14.661,04
Prestações pecuniárias de cuidados de saúde (6896)	4.980,33	1.511,04
Pensões complementares (6897)	14.750,00	11.750,00
Outros custos inerentes a associados sufragios (6898)	1.400,00	1.400,00
Outros Juros (6918)		
Outras diferenças de câmbio (6928)		
Outros gastos (6988)		
Total	21.254,90	14.971,77

10.12. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2016	2015
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados (6911)	-	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis (6921)	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento (6981)	-	-
Total	-	-
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos (7915)	-	-
Dividendos obtidos (792)	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias... (785)	-	-
Total	-	-
Resultados financeiros	-	-

10.13. Acontecimentos após data de Balanço

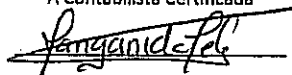
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas pela Direção no dia 9 de Março de 2017.

Porto, dia 9 de Março de 2017

A Contabilista Certificada



A Direção

